

A conflitividade entre o campo e a cidade nas Relações Internacionais

Gabriella Dias¹

Roberta Sperandio Traspadini²

Resumo: O artigo em questão possui como objetivo aproximar a/o leitora/or sobre a problemática entre o campo e a cidade no capitalismo, especificamente na análise das Relações Internacionais contemporâneas. A compreensão da relação antagonica que campo e cidade assumem no capitalismo, incluindo na relação entre os estados-nações, deve ser considerada dentro da divisão internacional do trabalho. A pesquisa se configura bibliográfica, em uma abordagem qualitativa, localizada dentro de um debate crítico em Relações Internacionais. Como base, usa-se das discussões teóricas marxianas e marxistas contemporâneas, sobretudo as empreendidas por latino-americanos filiados à Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Palavras-chave: relação cidade-campo; questão agrária; extrativismo.

The Conflict Between the Countryside and the City in International Relations

The purpose of this article is to bring the reader closer to the problem between the countryside and the city in capitalism, specifically in the analysis of contemporary international relations. Understanding the antagonistic relationship between the countryside and the city in capitalism, including the relationship between nation-states, must be considered within the international division of labor. The research is bibliographical, in a qualitative approach, located within a critical debate in International Relations. It is based on contemporary Marxian and Marxist theoretical discussions, especially those developed by Latin Americans affiliated to the Marxist Theory of Dependence (TMD).

Keywords: city-country relationship; agrarian question; extractivism.

Introdução

O tema deste estudo consiste na contradição entre a cidade e o campo originada na formação embrionária do capitalismo na Europa (século XV a XVIII) – fase conformada na

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: gabrielladias2017@gmail.com

² Pós Doutora em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia e Educadora Popular. Professora permanente do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: robertatraspadini@gmail.com

assim chamada acumulação primitiva³ que substancia a função do escravismo colonial⁴ latino-americano e caribenho para o sucesso da transição do feudalismo ao capitalismo - e reafirmada globalmente com o avançar do capitalismo contemporâneo (século XXI) e como isso foi instrumentalizado nas relações entre os Estados a partir da Divisão Internacional do Trabalho.

Inicia o estudo trazendo as raízes dessa divisão na literatura marxiana principalmente nas elaborações presente em duas obras: *A Ideologia Alemã* [1845-1846], escrita conjuntamente com Engels, e *O Capital – Livro I* [1867], texto que é a síntese da filosofia da práxis inerente à crítica da economia política do autor. Enquanto a primeira procura situar o papel da transição da centralidade do mundo rural ao mundo urbano, onde estão as indústrias, os bancos e o capital comercial, espaço-tempo das trocas mercantis, como o território principal do acontecimento da mercadoria, esse último procura trazer as raízes históricas da acumulação primitiva que originou essa divisão entre o campo e a cidade.

No segundo tópico, o trabalho apresenta a sustentação ideológica e material da nascente Divisão Internacional do Trabalho (DIT) mercantil (pós-revolução industrial inglesa, revolução política francesa e independência dos EUA), seus fundamentos etnocêntricos e o aproveitamento da condição política dos países recém-independentes para explorar os recursos naturais que contribuíram diretamente para industrialização inglesa - principalmente. Após, delinea as dimensões de reestruturação que a DIT passou no período pós-segunda guerra, bem como as consequências que isso gestou nesta tendência a um lugar subordinado que o campo assume nos países dependentes.

Posteriormente, na terceira seção, o texto aponta para uma breve discussão acerca do extrativismo latino-americano e suas consequências socioeconômicas que afetam diretamente a população trabalhadora do campo, uma vez que a realização da mercadoria possui *locus* de decisão os grandes centros urbanos. Essa crítica a representação formal nas Relações Internacionais (RI) implica reconhecer que o mercado subordina o campo à cidade duplamente: no interior dos países e nas relações desiguais que se formam nas relações entre estados-nações.

³ Processo de expropriação primária descrita por Marx em *O Capital* vol. I, Seção VII - O processo de acumulação do capital, capítulo 24 titulado *A Assim chamada acumulação primitiva*. Em síntese se trata do "processo histórico de separação entre produtor e meio de produção", Marx referência vários processos que incidiram para a acumulação originária, para os fins deste trabalho, destaca a colonização e a propriedade privada da terra (Marx, 2013, p. 961).

⁴ Sobre o modo de produção escravista colonial sugere a leitura da obra *O escravismo colonial* (Gorender, 2016).

A pesquisa é motivada pela situação germinal que se encontra os debates entre cidade-campo nas RI. Em que pese os esforços das/dos pesquisadoras/es das teorias críticas das RI em trazer à tona a conflitividade da sociedade capitalista em suas diversas formas, como a ideológica, de gênero, política, econômica e relacional entre os Estados, a dialética entre as contradições do interior e o exterior da nação acaba sendo negligenciada. Nesse sentido, o texto desenvolve, por fim, uma análise do lugar da relação campo-cidade no contexto internacional tendo como perspectiva epistêmica o materialismo histórico dialético.

1 Formação do antagonismo entre campo e cidade em Marx

A maior divisão entre trabalho material e espiritual é a separação entre cidade e campo. A oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais (Marx; Engels, 2007 [1845-1846], p. 52).

Na obra de maturidade de Marx, *O Capital*, o autor nos apresenta, ao longo dos três volumes, a separação das condições de realização do trabalho do trabalhador como uma consumação da vitória do modo de produção capitalista, portanto, uma consequência, e, ao mesmo tempo, uma condição histórica que gera inúmeras conflitividades e contradições em todos os aspectos da produção da vida cotidiana. Essa dimensão dialética implica a representação do triunfo da acumulação de capital, processo metabólico⁵ que produziu a mercadoria, derivada desta, o valor, o dinheiro e o valor que se valoriza, o capital⁶.

O processo embrionário de formação do capital é designado na literatura marxiana de *a assim acumulação primitiva* (capítulo 24 de *O Capital*, vol. I). Além da colonização, leis sanguinárias e violências que culminaram na acumulação de condições para a riqueza mercantil das nações europeias -até então- que é tratado ao longo dos 25 capítulos do Livro I de *O Capital*,

⁵ O termo metabolismo ou sociometabolismo nas ciências sociais foi consolidado pelo filósofo marxista húngaro István Mészáros (1930-2017) para definir como as condições históricas que propiciaram o nascimento do capital e a formas reprodutivas que o capitalismo engendrou e engendra para se manter como modo de produção predominante.

⁶ Para aprofundar a discussão sugere a leitura da obra *Capital – essência e aparência* (volume 1) de Reinaldo Carcanholo publicado pela Expressão Popular.

a expulsão do campo e o florescimento das cidades em torno da mercadoria também é característico deste período de declínio do feudalismo e do advento do capitalismo⁷.

Os cercamentos de terra na Inglaterra são um marco importante neste processo. Marx (2013) sinaliza três momentos de transição do modo de produção feudal para propriedade privada: i) A formação de pastagens para ovelhas nos séculos XV e XVI que ocorriam de forma individual pelos proprietários e posteriormente se tornou uma política do Estado Inglês no século XVIII com as leis *Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal); ii) A intensificação da expulsão dos camponeses entre 1765 e 1780 dada a compressão dos salários dos trabalhadores das terras que agora eram do *landlord* e caíram abaixo do nível de sobrevivência; o que inclui o conhecido *clearing of estates* (clareamento das propriedades rurais de seres humanos); iii) O saque dos bens da igreja, pilhagem dos espaços de uso comum. Em síntese esse processo de séculos de expulsão do servo do campo e a formação das cidades está ligado com a formação da propriedade privada, avança o autor:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (Marx, 2013, p. 524).

A progressão da acumulação primitiva⁸ implicou a liberalização de grandes contingentes populacionais para tornar-se mão-de-obra “livre” a ser usada pela nascente indústria manufatureira nas cidades com a dissolução das terras de uso comum, coletivo, servil. Além disso, a revolução agrícola propiciou o aumento na produção de alimentos, e a inserção da máquina a vapor, possibilitou não só crescimento populacional como também um salto de excedente produtivo orientado para o comércio.

Por outro lado, essa mercantilização em decorrência da concentração da população no espaço urbano subordina o campo enquanto mero fornecedor de recursos naturais para a indústria, despontando em “um setor primário autônomo que incorpora o total da produção

⁷ Sobre o tema ver capítulo 2: questão agrária imperialismo e dependência. (Traspadini, 2016).

⁸ Vale destacar que nossa interpretação sobre a acumulação primitiva não é a de que ela é somente a ante sala para a acumulação de capital. É um processo contínuo de expropriação, espoliação e exploração que acompanhará o desdobramento do modo de produção capitalista ao longo do tempo.

social, o campo se transforma em "agricultura", isto é, uma indústria separada de alimentos e matérias-primas” que possui como divisão apenas o cultivo, enquanto a cidade dá lugar a diferenciação e ao trabalho abstrato (Merrington, 1977, p. 216).

Com as revoluções burguesas consolida-se⁹ o modo de produção capitalista. Neste ponto é importante explicitar o entendimento de modo de produção, compreendido como a relação que o ser humano estabelece ao transformar a natureza em bens. O valor, entretanto, é uma categoria que ganha força de propulsão nesse particular modo de produção mercantil, historicamente situado, baseada no binômio tempo de trabalho socialmente necessário para produzir (medida) + magnitude (resultado do que é produzido), que juntos são parcialmente expropriados pelo processo de mais-valor que é transformado em riqueza capitalista (Marx, 2013; Carcanholo, 2011).

O campo, nesse sentido, é aparentemente separado da cidade no processo de declínio feudal e definitivamente antagonizado no processo de estruturação do capital. Aparente, pois se trata de uma transferência de valor do campo, incrementado pela indústria e realizado na compra e venda no espaço urbano a mercadoria. Ainda em Kautsky (2002 [1898]) esta diferenciação produtiva já aparece, mostrando o ônus da produção no campo como tendência:

Es verdad que la tendencia a la disminución de los costos de producción es inherente al progreso técnico, pero en la agricultura moderna esta tendencia es paralizada por tendencias contrarias, que la oprimen siempre más: crecimiento de la renta de la tierra y, como consecuencia, de los arrendamientos, aumento de los intereses hipotecarios [...] creciente incapacidad de las plantas cultivadas y de los animales domésticos para resistir las plagas, progresiva absorción de la clase obrera rural por la industria urbana. Estos son los factores, que en su conjunto, hacen aumentar cada día más, no obstante el progreso técnico, los costos de producción agrícolas. Ello conduce al comienzo a un aumento general y constante de los precios de los medios de subsistencia, pero también a un recrudecimiento del contraste entre ciudad y campaña, entre la propiedad rural y la masa de los consumidores (Kautsky, 2002 [1898], p. 352-353)

Em outro sentido, Trotsky, em *Balanço e Perspectivas* [1906], a discussão da subordinação do campo à cidade também aparece. Agora com a discussão sobre o papel do camponês na revolução, para os fins do debate deste artigo, chama atenção:

A história do capitalismo é a história da subordinação do Campo à cidade. O desenvolvimento das cidades européias, chegado a um estágio determinado, tornou

⁹ Em que pese as discordâncias teóricas no meio intelectual marxista pelo momento-chave que as formas antediluvianas da política se tornaram de fato capitalistas, filia-se neste artigo a aproximação metodológica empreendida por Paul Sweezy (1910-2004) da transição do feudalismo para o capitalismo.

impossível a persistência das relações feudais na agricultura. Mas o campo jamais produziu uma classe susceptível de levar a cabo a tarefa revolucionária de abolir o feudalismo. A cidade, que subordinava a agricultura ao capital, criou uma força revolucionária que conquistou a hegemonia política sobre o campo, e estendeu ao campo a revolução no estado e nas relações de propriedade. E, prosseguindo a história o seu curso, o campo caiu finalmente na escravatura econômica do capital, e o campesinato na escravatura política dos partidos capitalistas. Estes partidos ressuscitaram a feudalismo no quadro da política parlamentar, fazendo do campesinato uma coudada para as suas batidas eleitorais (Trotsky, 1906, local. 1).

Com mais de um século da publicação de Kautsky e com o intenso debate que sucedeu na Revolução Russa sobre o papel do camponês, atualmente ficou evidente que neste estabelecimento capitalista houve a generalização das cidades como lugar do acontecimento da mercadoria, portanto da reprodução ampliada do capital. Sartori (2021) considera que esse movimento significou a conformação da relação capital-trabalho à medida que configura a oposição trabalho e propriedade de terra – enquanto meio de produzir as condições de vida.

É interessante destacar que, à medida que avança a estruturação desse modo de produção, a terra é tornada mercadoria, o trabalho migra para a condição de assalariamento e a lógica de acumulação faz do campo um espaço de valorização do valor. Isto significa dizer que haverá, via pastagens, uma concentração e centralização das terras em poucas mãos, com o afã de suprir a indústria dos meios de produção necessários para a produção de mercadorias finais.

A complexificação do ser social com a introdução da lei do valor, a inauguração do trabalho abstrato como universal, assim como a divisão social e internacional do trabalho no capitalismo e sua implicação nas relações sociais influíram no alastramento do predomínio do urbano e aprofundaram a desigualdade entre cidade e campo:

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição entre os interesses de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à separação entre trabalho comercial e [trabalho] industrial. Ao mesmo tempo, por meio da divisão do trabalho no interior desses diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição dessas diferentes subdivisões umas em relação às outras é condicionada pelo modo como são exercidos os trabalhos agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classes). As mesmas condições mostram-se no desenvolvimento do intercâmbio entre as diferentes nações (Marx; Engels, 2007, p. 89)

Essa oposição aludida gera novas necessidades, a cidade e a concentração de pessoas demanda a administração, polícia, o Estado e uma forma jurídica/política que sustente essa separação (Marx; Engels, 2007). De forma semelhante, a ideologia burguesa corrobora com o

pseudo-antagonismo entre campo e cidade, ao tratar o trabalhador do campo e a vida rural como recrudescida e não-civilizada¹⁰¹¹, em contrapartida a cidade como símbolo do progresso. Dissimula, nesse sentido, a raiz a propriedade privada que gerou e mantém essa divisão.

O afastamento das barreiras naturais com o avanço da tecnologia apenas confirmou a relação mediada entre elementos biológico-naturais, como a terra, e o trabalho¹² como subsumidos ao modo de produção dominante, no caso o capitalismo. Logo, essa subordinação do rural ao urbano no interior da nação é reproduzido e influenciado nas relações também desiguais estabelecida entre as nações, conforme desenvolvemos abaixo.

2 Divisão Internacional do Trabalho e o campo

A expulsão da população do campo, que era seu meio de subsistir, isto é, seu meio de produção e a consolidação das cidades como forma de organizar a vida no capitalismo manifestam essa dupla configuração temporal: o antes, o período de acúmulo do mercantilismo, e o depois, como forma de organização da vida social urbana, a proletarianização. Todavia, esse fracionamento, essa delimitação temporal bastante específica, possui também uma localidade bastante distintiva, a Europa, e posteriormente os Estados Unidos, a partir do século XX.

Na América Latina e o Caribe, assim como os denominados países de terceiro mundo, esse processo desigual gera uma relação comercial de transferência de valor das economias dependentes às economias imperialistas. Assim como a expulsão do campo, a periferização das cidades e as péssimas condições de vida para os trabalhadores rurais, opera-se uma nova qualidade assumida com a divisão internacional do trabalho, de sociedades formalmente independentes.

Vizentini (2004) ao tratar das desigualdades entre as nações apresenta dois pontos fundamentais: a continuidade histórica vinda da acumulação primitiva e o caráter progressivo

¹⁰ O conceito de civilizado para ideologia burguesa é bastante limitado e excludente, sendo só sustentado desse modo- como se pode observar ao longo da história do capitalismo.

¹¹ Os impactos materiais disso podem ser notados com os salários mais baixos, índice maior de analfabetismo e alta taxa de alcoolismo entre a população do campo (Guimarães, 2012).

¹² Aqui entendido como o processo de ideação e objetivação conscientes empreendido pelo ser humano, cf. elaborado por Lukács em Para uma ontologia do ser social publicado em 2018.

representado pelo salto qualitativo de mudança do modo de produzir os bens com o advento do modo de produção capitalista.

Outra característica do capitalismo é sua necessidade de expansão. Como apregoa Wood (2003, p. 41) o "capitalismo sempre esteve associado a alguma tendência globalizante porque a autoexpansão constante do capital sempre o direcionou em busca de novos mercados, novos recursos e mão-de-obra barata". Isso significa que uma das características inerentes ao capital é a expansão do mercado, quer seja por recursos, quer seja por consumidores.

De modo que, como explicita Hage (2013), o comércio entre os Estados recém-independentes era formalmente caracterizado por uma ordem entre os países instituída pelas teorias da economia política clássica de Adam Smith (vantagens absolutas) e David Ricardo sobre as vantagens comparativas¹³ entre as produções de cada nação e assim desponta a Divisão Internacional do Trabalho Clássica marcada pela exportação de bens primários e matérias-primas por parte dos países subdesenvolvidos, os que foram colonizados, e os países industrializados da Europa – sendo o principal o Reino Unido.

No campo ideológico, por sua vez, havia uma sustentação desta relação explicitada por Carlos Eduardo Martins (2011, p. 159) "o universalismo [que] incitava à mudança e transformação, justificando a ascensão de grupos ou indivíduos, ou estabelecendo o roteiro para ela. O etnocentrismo justificava as razões da desigualdade".

No início do século XX alguns destes países alcunhados de subdesenvolvidos, incluso o Brasil, exportadores de matérias-primas, começaram a se industrializar ao compreender as desvantagens que tal relação comercial implicava. Todavia, além da modernização ter sido bastante afetada pela relação com as demandas das nações de centro, implicou um êxodo rural e a urbanização descontrolada nestes países:

[...] a industrialização se daria em virtude de mão-de-obra que migraria do campo para a cidade e da transformação do trabalhador em consumidor de bens duráveis, artigos que anteriormente não poderiam ser comprados por essa classe social em razão do alto preço. O aumento do consumo representaria o aumento da produção industrial – por isso a circulação de riquezas (Hage, 2013, p. 117)

13 Ilustra o termo com o exemplo trazido por Hage a "Grã-Bretanha tem de participar com a exportação de suas máquinas e bens manufaturados. Por que o Brasil e Argentina não exportam máquinas? Porque esses países não têm vantagem comparativa para isso. Caso fossem produzir manufaturado o resultado seria algo de qualidade inferior, pois não são nações capacitadas para tal" (Hage, 2013, p. 115).

A produção de bens duráveis, entretanto, não acompanhava a tecnologia produzida e exportada dos países europeus hegemônicos. Ainda, tratou-se de uma industrialização tardia e parcial, pois ocorreu apenas em grandes centros urbanos, e dependente, uma vez que foi necessário que os Estados periféricos contraíssem dívida para com os países já ricos com altos juros para assegurar o incremento tecnológico na recente indústria urbana. Essa dívida, por sua vez, subordina a economia de todo país ao débito existente com país debitado¹⁴.

Um ponto importante de salientar, entretanto, é que a expulsão das famílias da zona rural para liberar mão-de-obra para a nascente indústria descreve apenas uma parte da história. Os baixos salários, o difícil acesso ao título de propriedade, a formação de latifúndios que expulsam e limitam os camponeses de suas terras, bem como a violência provocada por estes grandes proprietários existentes no campo brasileiro, compõem a história da formação social urbana brasileira. Este cenário perdura até os dias atuais. Resultado histórico do escravismo colonial, a esfera de produção e de circulação das mercadorias será separada nas economias periféricas, ocasionando uma particularidade na constituição de seus capitalismo (*sui generis*), segundo Stédile e Traspadini (2005).

Na década de 1940-1950 essa industrialização foi intensificada com o pensamento nacional-desenvolvimentista na AL. A conjuntura mundial passava por uma mudança na Divisão Internacional do Trabalho com o deslocamento do centro hegemônico para os Estados Unidos, a Revolução técnico-científica lastreada pela Segunda Guerra Mundial e sua necessidade de manufaturas básicas que vieram a ser realizadas em *Nuestra América*, o imperialismo se refinava e expandia nas relações comerciais entre os países periféricos e os de centro (Martins, 2012).

A reprodução progressiva de mercadoria propicia o aparecimento de novas características advindas da concentração de capital e sua tendência à centralização (Marx, 2013). Além da acumulação primitiva empreendida pela continuada ao longo de todo o processo de produção de valor, com base na violência, expropriação, escravidão, transferência de bens da colônia para a metrópole e o domínio político e o aniquilamento dos povos

¹⁴ Não aprofundará a pauta da dívida pública dos países de terceiro mundo neste artigo, fator este de manutenção da dependência. Recomenda a leitura da dissertação “Dívida pública, expropriação e a superexploração da força de trabalho no Brasil” (Rabelo, 2018).

originários dos países colonizados, a Divisão Internacional do Trabalho reedita a transferência de bens, agora de valor, com base na composição orgânica desigual de capitais constantes (máquinas e matérias-primas) e o capital variável (trabalhadores) entre os países de centro e os países periféricos (Marx, 2018).

Essa segmentação no mercado internacional entre dois tipos de países: os dependentes (exportadores de bens primários) e os de centro (industrializados) foi determinante para definir, de um lado, as especializações produtivas entre as nações, como também influenciou no desenvolvimento interno de cada país- a partir do processo histórico do local. Essas duas consequências precisam ser analisadas em conjunto, dialeticamente, certo que a existência de países com relações de produção subordinadas a outras nações compõe a totalidade do capitalismo mundial (Stédile; Traspadini, 2005).

O campo no Brasil, neste contexto de reestruturação das relações hierárquicas entre nações, passou por uma modernização conservadora: “Por trás do avanço tecnológico e de produção se esconde a mesma estrutura fundiária e as mesmas relações de trabalho aqui estabelecidas desde a época colonial” (Canuto, 2012, p.1). A inserção de máquinas agrícolas, por exemplo, está muito aquém da possibilidade de um camponês médio brasileiro; embora exista o crédito rural, os juros exorbitantes endividam o pequeno proprietário.

Além disso, o aumento da produtividade com o incremento de máquinas gera duas consequências: a expulsão do trabalhador do campo e o aumento da produção destinada à exportação por ser mais lucrativa aos grandes proprietários e interessar mais os países de centro. Como é ilustrado no caso da soja:

A introdução do cultivo da soja no Sul foi responsável por uma diminuição considerável das propriedades familiares. A soja deslocou pequenos produtores de milho, feijão, de outros cultivos de alimentos básicos e café na região sul. Para cada trabalhador que encontrou emprego no cultivo da soja, 11 agricultores foram deslocados. Como resultado, 2,5 milhões de pessoas abandonaram as áreas rurais no Paraná nos anos 70, declinando o número de propriedades rurais em 109.000 no Paraná e em 300.000 no Rio Grande do Sul (Canuto, 2012, p. 12)

Essa subordinação da produção dos alimentos e bens de consumo produzidos pelo agronegócio destinados aos trabalhadores da América Latina é descrita por Stédile e Traspadini, (2005) como a prevalência da produção de valor do que de consumo em países dependentes. Ou seja, a produção se destina ao mercado dos países de centro, explorando ao máximo a esfera

da produção que ocorre na América Latina e potencializando a esfera da circulação dos países centrais.

As consequências desta relação comercial hierárquica são danosas tanto para os trabalhadores urbanos como para os trabalhadores do campo. Isto porque encarece os produtos com a necessidade de importação de manufaturas dos países desenvolvidos, além da perda de qualidade e quantidade dos alimentos disponíveis, atuando diretamente na soberania alimentar dos países dependentes reproduzindo as condições do subdesenvolvimento com a insegurança alimentar (Meirelles, 2004; McKay; Alongo-Fradejas; Ezquerro-Cañete, 2022).

De acordo com Lopes (2008) a latifundiarização do campo brasileiro neste processo dito modernizante provocou uma migração rural-urbano intensa e desordenada. Grande parte dessa população expropriada se localizou nas periferias de grandes centros urbanos, com subempregos ou ainda em trabalhos vinculados à terra como volantes ou boias-frias para suprir a necessidade de mão-de-obra rural, em sua maioria temporários, mas sem os encargos trabalhistas para o latifundiário. Essa racionalidade capitalista no campo estreitamente ligada à periferização urbana representa esse processo contraditório que repercute na sujeição do trabalhador sem-terra.

Essa dialética entre a burguesia agrária nacional e as demandas por bens primários dos países de centro refletem e atualizam a inserção desigual na produção e comércio na seara internacional. Além de, por óbvio, contribuir com o desenvolvimento industrial e da população dos países centrais em detrimento da qualidade de vida dos países dependentes. A Divisão Internacional do trabalho delinea essa relação entre nações e subordinam o campo dos países subdesenvolvidos duplamente: pelas relações da cidade no interior do Estado e pela exploração especializada no plano internacional.

3 A centralidade das cidades nas relações internacionais: extrativismo e o campo

O predomínio dos grandes centros urbanos como o lugar de encontro nas relações estabelecidas entre as nações foi intensificado no fim do último século até os dias atuais com a lógica determinada pela globalização. Em que pese os acordos e conferências mundiais mais conhecidos e que marcaram a história das relações internacionais brasileiras ocorrerem nas ditas

metrópoles globais, os relacionamentos mais cotidianos entre as nações possuem fins comerciais e com mais impacto na cotidianidade na vida da população em geral possuem como fundamento a extração de bens naturais do campo para a exportação.

A dinâmica extrativista na América Latina passa dos 500 anos, sendo extrativismo entendido como "atividades que retiram grandes volumes de recursos naturais que não são processados (ou são processados apenas de forma limitada), especialmente para exportação" (Acosta, 2011, p. 4) e embora tenha assumido diversas roupagens, a longo prazo, com a especialização tende à deterioração dos termos de troca (Stédile; Traspadini, 2005). Essas atividades, embora sejam negociadas entre as burguesias internacionais ou entre Estados em grandes centros urbanos, seus efeitos atingem diretamente o trabalhador do campo.

Apesar das as relações entre países acontecerem nas cidades, como as instituições burguesas internacionais, em consonância com o mercado, o que impera no dia-a-dia é a transferência e comércio de bens primários advindos do campo. Mckay; Alongo-Fradejas; Ezquerro-Cañete (2022) trazem dados que comprovam que 80% da população mundial mais pobre se localiza em zonas rurais. Ainda, as autoras tratam do extrativismo agrário latino-americano que além das consequências ecológicas e de tornar a terra a longo prazo improdutiva com a monocultura:

[...] va más allá de los rasgos más aparentes de los monocultivos y las exportaciones de materias primas y se centra en la lógica inherente y el funcionamiento subyacente de un modelo basado en la apropiación de las fuerzas de producción, tanto mercantilizadas como no, de una manera extractivista. Este proceso erosiona la autonomía de las y los agricultores, despoja a la población trabajadora del campo, expropia la naturaleza y se apropia de la plusvalía (Mckay; Alongo-Fradejas; Ezquerro-Cañete, 2022, p. 14)

O campo dos países subdesenvolvidos não aparece como agente ativo nessas discussões, muito em razão da própria lógica latifundista (no caso brasileiro) e opressiva do campo, mas também pela própria instrumentalidade que o Estado assume como mediador conciliatório de interesses contraditórios entre classe e populações marginalizadas. Não é apenas o trabalhador do campo que não é relevado ou percebido como uma parcela importante da população impactada com as relações entre nações, indígenas, periféricos, mulheres racializadas, são marcadores no corpo sensível que não cabem nessa da totalidade homogeneizante capitalista globalizada.

En muchos casos, estas dinámicas extractivistas están subvencionadas o apoyadas directamente por el Estado, al tiempo que dependen del trabajo productivo y reproductivo no remunerado de mujeres, niña/os y ancianas/os, lo que agrava las relaciones desiguales de género y generacionales (Mckay; Alongo-Fradejas; Ezquerro-Cañete, 2022, p. 14)

Fica evidente que para as relações internacionais em um mundo capitalista globalizado a sujeição do campo – e dos sujeitos oprimidos que o compõem – aparece como mero abastecedor das cidades, provedor, de bens passíveis de troca, é conveniente a essa lógica das RI entre Estados-nações. Enquanto para atender as demandas de matérias-primas para as indústrias e alimentos para a população interna dos países de centro, o intercâmbio se dá com os grandes proprietários de terras, latifundistas, pertencentes à burguesia agrária (nacional ou internacional)¹⁵.

Isso implica dizer que existem dois campos: o campo invisível em que se localiza os pequenos produtores, camponeses sem-terra, indígenas, quilombolas e o campo visível perante as relações entre nações que é o do agronegócio. O primeiro, dedicado à subsistência e alimentação da população local, enquanto o segundo apresenta as grandes propriedades, vezes ociosas pela especulação da renda da terra, vezes destinadas ao extrativismo para produção de *commodities* aos países centrais.

Delgado (2012) chama este movimento de pacto de economia política do agronegócio, ocasionada pela reprimarização do comércio exterior que determina a produção e expansão da propriedade fundiária latifundiária no interior do território brasileiro. Portanto, a forma de produzir no campo brasileiro vem sendo definida pelas demandas dos países de capitalismo industrial, caracterizando a dependência em que pode ser

entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Stédile; Traspadini, 2005, p. 171)

O agronegócio apresenta então este componente de atualização da dependência também configurado com o imperialismo. Como efeito desta relação desigual, Delgado (2012) ainda

¹⁵ O fenômeno mais recente de apropriação de terras pelo imperialismo financeiro ficou conhecida como “*acaparamento de terras*” ou “*land grabbing*”. Sobre esta nova fase do capital fictício com o imperialismo recomenda-se a leitura da tese Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo (Amaral, 2012).

expõe que no interior das propriedades latifundistas ocorre uma dupla superexploração: dos recursos naturais e das relações de trabalho “seja pela imposição de jornadas excessivas [...], seja pelo manejo de materiais agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana, seja pelas relações de precária contratação de trabalhadores migrantes nos picos da demanda sazonal das safras agropecuárias” (Delgado, 2012, p. 117).

Conclusão ou Considerações

Este artigo buscou desenvolver alguns pontos relevantes acerca da desigualdade que o campo e a cidade assumem na sociedade da mercadoria, a origem dessa oposição e a inserção no capitalismo global com a Divisão Internacional do Trabalho e do extrativismo que produz não só o esgotamento dos bens naturais dos países dependentes, como universaliza o campo como mero fornecedor dos centros urbanos, além de obstaculizar a presença do trabalhador do campo nas decisões que o afetam pessoalmente e territorialmente. A superexploração do trabalhador latino-americano, sobretudo do trabalhador rural evidenciam esta distinção.

Verificou-se a necessidade de romper com o mecanicismo a-histórico que pretende tratar o campo e a cidade como *naturalmente* antagônicos. Esse determinismo não historiciza que essa oposição nasceu nas relações embrionárias da mercadoria com a acumulação primitiva e foi consolidada com as relações capitalistas de produção. Isto é, situados em um modo de produção específico que engendra e utiliza dessa emulação.

A subordinação do campo como mero produtor de valor, sobretudo nos países dependentes, caracteriza a relação dialética entre o mercado internacional e suas desigualdades e o território nacional como reproduzidor dessas relações e aquele que cria novas formas contraditórias de subordinação do rural ao urbano para possibilitar a maior exploração. Para, por fim, gerar mais lucros para a burguesia agrária brasileira e a burguesia industrial internacional com o fornecimento de matérias-primas na reprodução ampliada de capital que dialeticamente atualiza e conforma a dependência.

Recuperados estes elementos, surge a indagação: Existe o campo/o rural nas Relações Internacionais? Existe o trabalhador do campo? Existe o camponês? São com estas perguntas

que abrem as margens (aqui, no sentido literal) de novos cenários investigativos do campo epistemológico crítico ligado ao rural nas Relações Internacionais.

Bibliografia

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neoextractivismo: Dos caras de la maldición. In: LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia (compiladoras). **Más allá del desarrollo**. Quito (Equador): Fundación Rosa Luxemburg/Abya-Yala, 2011.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, n. 5, p. 1-12, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466>. Acesso em: 3 abr. 2025.

CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital**: essência e aparência, vol. I. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000. Organização Internacional do Trabalho; Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@ilo-brasil/documents/publication/wcms_234424.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

HAGE, José Alexandre Altahyde. A teoria da dependência: uma contribuição aos estudos de Relações Internacionais. **Revista Política Hoje**, v. 22, n. 1, p. 106-136, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/3776/3080>. Acesso em: 03 abr. 2025.

KAUTSKY, Karl. **La cuestión agraria**: análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. 9. ed. México D.F.: siglo veintiuno editores, 2002.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento social latino-americano e os desafios do século XXI. **Comun. polit.**, v. 30, n. 1, p. 25-51, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bps-2191>. Acesso em: 03 abr. 2025.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I: Crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital – Livro III: O processo global da produção capitalista**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCKAY, Ben M.; ALONSO- FRADEJAS, Alberto; EZQUERRO-CAÑETE, Arturo. Introducción. In: MCKAY, Ben M.; ALONSO- FRADEJAS, Alberto; EZQUERRO-CAÑETE, Arturo (coords.). **Extractivismo agrario en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Canadá: University of Calgary; Social Sciences and Humanities Research Council, 2022. p. 11-46.

MEIRELLES, Laércio. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1, p. 11-14, 2004.

MERRINGTON, John. A cidade e o campo na transição para o capitalismo. In: HILTON, Rodney; *et al.* **A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate**. 5. ed. Tradução de Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 215-261. (Pensamento crítico, v. 18).

RABELO, Carolina Joannes. **Dívida pública, expropriação e a superexploração da força de trabalho no Brasil**. 2018. 183f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23320>. Acesso em: 03 abr. 2025.

SARTORI, Vitor Bartoletti. A relação cidade-campo em Marx: o capital, a renda da terra e o lucro. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 1, p. 400-426, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/45329>. Acesso em: 3 abr. 2025.

STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 2016.

TROTSKY, Leon. Proletariado no poder e o campesinato. In: TROTSKY, Leon. **Balanço e Perspectivas**. São Petesburgo: Editora N. Glagoliev, 1906. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/cap05.htm>. Acesso em: 29 jul. 2024.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O descompasso entre as nações. *In*: SADER, Emir (org.). **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **Anticapitalism**. New York: New Press, 2003.